

Gazeta **PERNAMBUCANA**

PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS FORNECEDORES DE CANA DE PERNAMBUCO | ANO I | NÚM. 03 | ABRIL A JUNHO DE 2011

Unida participa de mobilização a favor da votação do novo Código Florestal

4



Projeto Cana de Meristema distribui mudas para associados

3



AFCP inicia produção e distribuição do Fungo Metarhizium

6



AFCP presta serviço jurídico aos produtores de cana-de-açúcar

7



Editorial

Etanol mais caro: o verdadeiro vilão

O setor sucroenergético tem sido tratado pelo Governo Federal como uma espécie de vilão da nação brasileira quando o assunto é a elevação do preço do etanol. Essa afirmativa se aplica na tentativa governamental de associar a responsabilidade do aumento do preço do combustível com o setor. Porém, este cenário não é verídico, pois o mercado internacional do açúcar, assim como qualquer outro mercado, regula-se por si próprio (ou deveria). Atualmente, o açúcar está economicamente mais atrativo que a produção de etanol, isso é um fato, isto é o mercado. Portanto, ameaçar taxar o açúcar de exportação para desestimular a sua produção, a fim de aumentar consequentemente a produção de etanol, é criminalizar o mercado, logo, o setor, que, quando amarga perdas em função do mercado desaquecido, não recebe políticas públicas efetivas de estímulo à produção.

Vale lembrar que o setor passou a ter uma remuneração acima do custo de produção apenas nos últimos dois anos. Em contrapartida, anteriormente, foram vivenciados cinco anos de trabalhos com prejuízos sem investimentos necessários nos canaviais. Cenário este, que demonstra o real tratamento governamental com relação à demanda do combustível verde dos carros flex. O reflexo disto é que este ano só seremos capazes de abastecer 45% do etanol hidratado de toda frota flex. O setor sofre com a falta de planejamento governamental e uma política de longo prazo para evitar oscilações de preços, que, vale destacar, nos últimos 12 meses, variou nas bombas de R\$ 1,80 aos atuais R\$ 2,19 reais por litro. Esta conjuntura demonstra que os produtores e os consumidores são prejudicados diretamente pela falta de um estoque regulador para evitar estas variações.

Entretanto, mesmo sendo obvio e justo associar a produção para o produto que tem a melhor remuneração de mercado, é bom lembrar que esta flexibilidade de optar pelo açúcar se restringe a apenas 6% da produção de cana. A capacidade de fabricação de cada unidade industrial para se fazer esta migração precisa de investimentos nas suas plantas. É fundamental lembrar que no ano de 2000, o mix dos referidos produtos eram iguais: 50% de açúcar e 50% de etanol. Oito anos depois, produzia-se 40% de açúcar contra 60% do combustível. Em 2010, 45% era voltado para o adoçante, enquanto que 50% destinada à fabricação do etanol. Já a expectativa para próxima safra, é de produzir 17,2 bilhões de litros de combustível, isso corresponde a 4,1% menos que no ano anterior.

Ainda existe outro problema na proposta do Governo Federal em regular o etanol. Pois ela não inclui toda a cadeia produtiva do combustível, a qual envolve também o produtor da cana de açúcar – matéria prima do álcool. É válido informar que, o fornecedor de cana é economicamente o elo mais frágil desta cadeia produtiva, portanto também deveria existir um planejamento mínimo de regulamentação. Estas metas podem subsidiar as condições de sustentabilidade necessária para investir no campo, objetivando garantir o incremento na oferta da matéria prima, e, portanto, na produção do etanol. A inclusão da cana-de-açúcar na Política Geral de Preço Mínimo e o estabelecimento de uma regulação mínima para garantir uma relação mais justa e harmônica entre os plantadores de cana com os industriais são algumas das medidas governamentais urgentes e necessárias.

Aconteceu ■■■



Representantes da Unida e da AFCP participaram de um evento realizado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), no Paraná. A ação, que também contou com a participação do presidente do Sindicato dos Cultivadores de Cana de Pernambuco, Jessé Carneiro Leão, serviu para avaliar a situação da cana-de-açúcar em cada Região do Brasil.



Alexandre Andrade, diretor presidente da Unida e também presidente da AFCP, e Kátia Abreu, senadora e presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), durante mobilização a favor da votação do novo Código Florestal, em Brasília.

EXPEDIENTE

Alexandre Araújo de Moraes Andrade Lima
Presidente

Paulo Giovanni Tapety Reis
1º Vice-presidente

Paulo Guilherme Guedes de Araújo Lima
2º Vice-presidente

José de Lima César
1º Tesoureiro
Jaime Galdino Silva
Vice Tesoureiro

Felipe Nery Malta Lima
1º Secretário
Damião Gomes Pereira
2º Secretário

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS: José Ferreira da Fonseca
Cristiano C. de Oliveira Soares
João Vital Borba de Menezes

SUPLENTE: Benedito Tadeu S. de Miranda
Luiz Pereira Alves
Antônio Corrêa de Oliveira A. Filho

Design Gráfico
DRB Comunicação
Editora
Ana Paula Costa - DRT-2488
Reportagens
Marta Maranhão
Fotógrafo
José da Mata
Tiragem - 2.000 exemplares



Projeto Cana de Meristema distribui mudas para associados da Mata

O objetivo da ação é melhorar da produtividade na Região



O projeto Cana de Meristema para o Nordeste, desenvolvido por meio de uma parceria firmada entre a Associação dos Fornecedores de Cana (AFCP), o Instituto Nacional de Tecnologia, representado pelo Centro de Tecnologias Estatísticas do Nordeste, a Usina São José e o Sindicape, já produz resultados na Zona da Mata Norte onde sete produtores foram beneficiados.

A iniciativa, pioneira na Região, contemplará outros 50 proprietários de terra castigados pelos longos períodos de estiagem. São mudas de diversas variedades produtivas e

isentas de pragas e doenças.

Segundo Paulo Tapety, a ação visa melhorar o platel dos produtores. Os beneficiados assinam um termo de compromisso se comprometendo a doar parte da produção para os vizinhos. "Dessa forma ampliamos o número de beneficiados e garantimos a melhoria da produção em toda a Zona da Mata Norte", explica Tapety.

As mudas são produzidas na Biofábrica Miguel Arraes, localizada na Cidade Universitária, em Recife. De lá, são enviadas para a Usina São José, em Igarassu, Região

Metropolitana do Recife, para o período de aclimação na estufa durante 45 dias. Após esse período, as mudas são transferidas para o plantio onde permanecem por um período de oito a dez meses. "Passado esse tempo, é feito o corte convencional da muda que é distribuída aos fornecedores associados e aos órgãos de classe", finaliza Tapety.

Para ter acesso a essas variedades de cana-de-açúcar os produtores precisam procurar o Departamento Técnico da AFCP no seguinte endereço: Avenida Mascarenhas de Moraes, 2.028, na Imbiribeira.



AV. PARQUE SUL, 2138 | 1º DISTRITO INDUSTRIAL | MARACANAÚ/CE
CEP.: 61.939-000 | PABX: (85) 4011.1000 | www.nufarm.com.br

Presente em todo o Brasil





Unida participa de mobilização a favor da votação do novo Código Florestal

Ação aconteceu em Brasília e reuniu mais de 25 mil trabalhadores

Uma representação da União Nordestina dos Produtores de Cana (Unida) foi à Brasília para demonstrar o interesse na votação imediata do projeto de lei do deputado federal, Aldo Rabelo, que cria o novo Código Florestal. A ação, que contou com a participação de mais de 25 mil trabalhadores, entre ele, agricultores e pecuaristas de várias partes do país, aconteceu em frente ao Congresso Nacional e foi promovida pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

“O código vigente, criado em 1965, deixa cerca de 95% dos agricultores em situação irregular. Já a nova proposta dá segurança às áreas que estão sendo utilizadas. Por exemplo, em Pernambuco, os municípios de Vicência, São Vicente Férrer e Macaparana poderiam, pelo antigo código, ter que encerrar a produção da banana. Isso porque essas antigas normas exigem a retirada de cultivos de áreas íngremes (a partir de 45°)”, explica o diretor presidente da Unida e também presidente da Associação dos Fornecedoros de Cana de Pernambuco (AFCP), Alexandre Andrade.

Ainda segundo ele, o novo código eliminaria 40% das áreas de plantio de cana-de-açúcar em Pernambuco, que teriam que passar por replantio da mata. A ideia era que o projeto de lei fosse apreciado em março, porém, ele foi retirado da pauta de votação da Câmara dos Deputados.

“Faz-se urgente a votação do projeto que atualiza o Código Florestal, visto a sua relevância socioeconômica para o Brasil”, completa Andrade, ao informar que, a ação deixará de ser retrógrada. “Com ela vamos garantir segurança jurídica ao produtor e ainda iremos continuar respeitando as questões ambientais”, pondera, ao finalizar que, a legislação permanecerá sendo a lei ambiental mais moderna do mundo.

Quando o atual Código Florestal foi votado, há mais de quatro décadas, o Brasil era um país em que mais da metade da população morava no campo. Hoje, a maioria das pessoas vivem nas cidades. Com isso, a produção rural aumentou, se profissionalizou e avançou sobre as áreas antes intocadas.

MUDANÇAS A PARTIR DA APROVAÇÃO DO NOVO CÓDIGO FLORESTAL

A faixa mínima de proteção nas margens dos rios passaria de 30 metros para 15 metros;

Pequenas propriedades não seriam mais obrigadas a manter a chamada reserva legal, que é o pedaço da propriedade que deve ser protegido;

Ocorreria o perdão das multas aplicadas a quem derrubou mata protegida até 22 de julho de 2008, caso a área de reserva que sobrou estivesse registrada em cartório.

Unida envia ofício ao Mapa pedindo suspensão da cota americana

Medida punirá usinas que não cumprem com o pagamento de seus fornecedores em Pernambuco

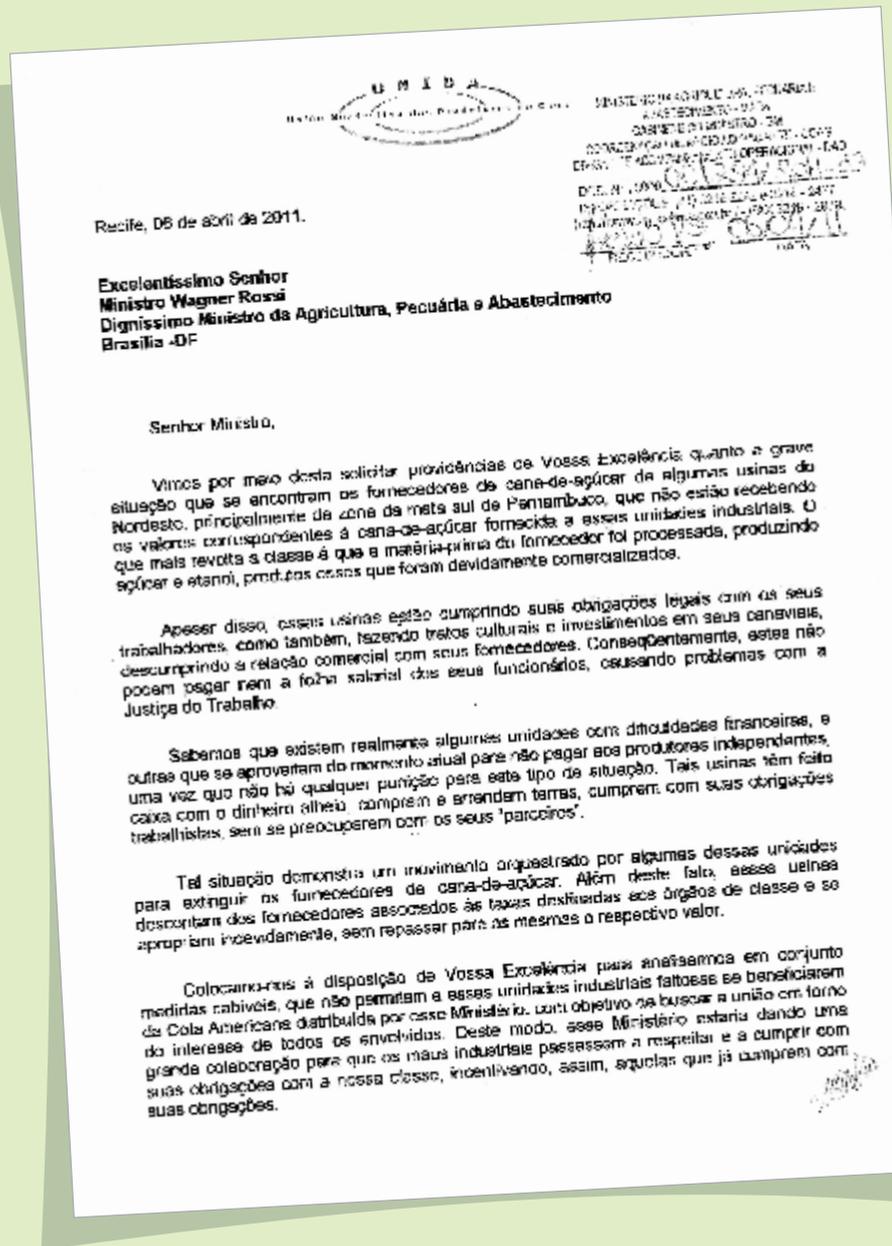
A união Nordestina dos Produtores de Cana (Unida) enviou um ofício ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi, pedindo a suspensão da cota americana – percentual de açúcar vendido, pelas usinas, para os Estados Unidos – para aquelas unidades industriais que não estão cumprindo com o pagamento de seus fornecedores nos municípios pernambucanos e, em especial, na Mata Sul.

“O objetivo é que as usinas só tenham direito a cota americana, quando honrar com o compromisso perante os seus fornecedores”, explica Alexandre Andrade, diretor presidente da Unida e também presidente da AFCP.

Segundo ele, a partir do ofício enviado, as usinas pernambucanas só teriam a liberação da cota americana a partir de uma autorização, emitida via carta pela Unida, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

“Dessa forma, a gente acaba por garantir o pagamento dos fornecedores porque as usinas têm o interesse de permanecer com sua cota americana”, diz Andrade, ao afirmar que a Unida tem consciência do momento vivido por muitas indústrias.

“Sabemos que existem aquelas que realmente estão passando por dificuldade econômica, mas existem aquelas que se aproveitam do momento atual. São unidades industriais que têm condições de pagar aos seus fornecedores, mas, mesmo assim, ficam inadimplentes. Enquanto os nossos produtores sofrem, elas estão cumprindo suas obrigações legais com os seus trabalhadores, fazendo tratos culturais e investindo em seus canaviais”, explica Andrade, ao finalizar que, atualmente, existem usinas deixando de cumprir suas obrigações trabalhistas, mas estão comprando e alugando terras.



Fertine
Fertilizantes do Nordeste Ltda.



Associação inicia produção e distribuição do Fungo Metarhizium

Na plantação da cana, ele atua no combate a praga da Cigarrinha



O laboratório de produção do fungo Metarhizium – responsável pelo combate a praga da Cigarrinha – começou a funcionar na sede da Associação dos Fornecedores de Cana Pernambuco (AFCP), na Imbiribeira. A expectativa é que, por dia, sejam produzidos mil quilos do controle biológico.

Quando nova, a Cigarrinha é chamada de Ninfa. Seu surgimento ocorre no período chuvoso, pois a umidade é um fator favorável para a sua proliferação. “Na bainha da cana se forma uma espuma e é justamente essa espuma que indica a doença na cultura”, explica o vice-presidente, Paulo Tapety, ao informar que essa praga é prejudicial à plantação porque

diminui a quantidade de sacarose na cana e, conseqüentemente, acaba trazendo prejuízo para o produtor.

“Quando nossos técnicos identificam o problema a AFCP disponibiliza o fungo que é levado para a propriedade armazenado no gelo. Ao chegar lá, colocamos dois quilos do fungo em 200 litros de água e 200 ml de espalhante. A mistura é pulverizada na área contaminada e em, no máximo 15 dias, o problema é resolvido”, justifica Tapety, ao lembrar que, a praga acaba se alimentando do fungo que a paralisa.

Todos os associados podem adquirir o Metarhizium. Para isso, basta agendar a visita de um profissional da AFCP em sua propriedade.



DF *Dafonte*
TRATORES

Há 31 anos, a gente faz essa terra crescer.



AFCP presta serviço jurídico aos produtores de cana-de-açúcar

Ação beneficia proprietários que não receberam a subvenção

O departamento jurídico, da Associação dos Fornecedores de Cana entrou com uma Ação Ordinária Declaratória de Ilegalidade pedindo a antecipação de tutela urgente para garantir a eficácia da decisão provisória concedida pela 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco. A decisão determina o credenciamento dos fornecedores de cana-de-açúcar perante a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), independente de comprovação de regularidade no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin).

“A ação tornou-se necessária, pois a Conab, em 2010, não autorizou o pagamento

da subvenção – verba federal de R\$ 5,00, por tonelada de cana-de-açúcar, concedida ao produtor que comprovasse a moagem de 10 mil toneladas na safra 2009/2010 – aos fornecedores que tivessem o nome no Cadin”, esclareceu Manoel Jales representante jurídico da AFCP.

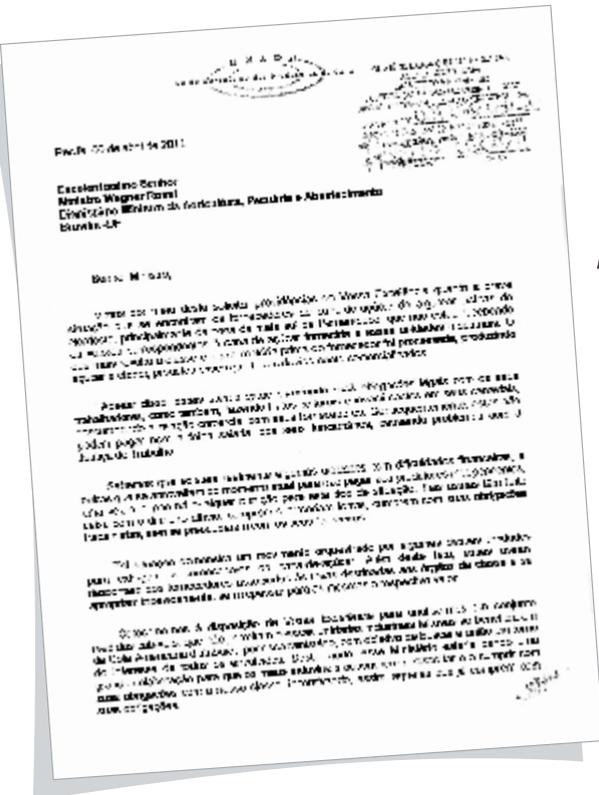
“Em 2009, a Conab não fez essa exigência e, por isso, todos os fornecedores que atingiram a moagem determinada pelo Governo Federal puderam receber o benefício. Com a atual determinação, a única saída foi entrar com a ação na justiça”, disse Alexandre Andrade, diretor presidente da Unida e também presidente da AFCP. Segundo ele, só em Pernambuco existem 1,7 mil

fornecedores impedidos de receber o benefício. O número de produtores representa o equivalente a 869 mil toneladas de cana e mais de R\$ 4 milhões de reais retidos pela Conab. “Com a ação, temos a expectativa de um parecer favorável aos fornecedores”, diz Andrade, ao explicar que, a cana-de-açúcar foi a primeira cultura a ter essa exigência feita aos produtores individuais nos programas de subvenção e preço mínimo do Governo Federal.

A Unida acredita que o incentivo representa um estímulo para o desenvolvimento econômico e social do país. Por isso, ela trabalha para que os produtores independentes de cana-de-açúcar possam receber a concessão.



Unida envia ofício ao Mapa pedindo suspensão da cota americana



Medida punirá usinas que não cumprem com o pagamento de seus fornecedores em Pernambuco

A união Nordestina dos Produtores de Cana (Unida) enviou um ofício ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi, pedindo a suspensão da cota americana – percentual de açúcar vendido, pelas usinas, para os Estados Unidos – para aquelas unidades industriais que não estão cumprindo com o pagamento de seus fornecedores nos municípios pernambucanos e, em especial, na Mata Sul.

“O objetivo é que as usinas só tenham direito a cota americana, quando honrar com o compromisso perante os seus fornecedores”, explica Alexandre Andrade, diretor presidente da Unida e também presidente da AFCP.

Segundo ele, a partir do ofício enviado, as usinas pernambucanas só teriam a liberação da cota americana a partir de uma autorização, emitida via carta pela Unida, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

“Dessa forma, a gente acaba por garantir o pagamento dos fornecedores porque as usinas têm o interesse de permanecer com sua cota americana”, diz Andrade, ao afirmar que a Unida tem consciência do momento vivido por muitas indústrias.

“Sabemos que existem aquelas que realmente estão passando por dificuldade econômica, mas existem aquelas que se aproveitam do momento atual. São unidades industriais que têm condições de pagar aos seus fornecedores, mas, mesmo assim, ficam inadimplentes. Enquanto os nossos produtores sofrem, elas estão cumprindo suas obrigações legais com os seus trabalhadores, fazendo tratos culturais e investindo em seus canaviais”, explica Andrade, ao finalizar que, atualmente, existem usinas deixando de cumprir suas obrigações trabalhistas, mas estão comprando e alugando terras.

Você sabia?

Que a AFCP comemorou 67 anos de fundação. A entidade foi criada no dia 18 de abril de 1944.

?-?-?-?-?-?-?

Que a AFCP oferece atendimento aos fornecedores nos processos de licenciamento das atividades agrícolas para o financiamento de plantio junto às instituições financeiras.

?-?-?-?-?-?-?

Que a AFCP continua acompanhando a liberação da subvenção para os fornecedores da Zona da Mata Norte e sul.

?-?-?-?-?-?-?

Que a Cooperativa de Agrotóxico dos Associados da Associação dos Fornecedores de Cana-de-Açúcar está completando um ano de funcionamento. A data será comemorada com a inauguração, ainda no primeiro semestre, de um novo galpão para o armazenamento dos produtos oferecidos aos fornecedores.

É tempo de

Preparar o solo para o plantio com o uso de corretivos, como o calcário delomítico.

...

Combater a praga da cigarrinha nas plantações de cana-de-açúcar. Para isso, deve-se usar o fungo produzido no laboratório da AFCP.

AÇÚCAR TOTAL RECUPERÁVEL (ATR) – PERNAMBUCO		
MÊS	VALOR (Kg) ATR	PREÇO BRUTO DA (T) CANA PADRÃO* R\$
DEZEMBRO 2010	0,5975	71,1063
JANEIRO 2011	0,6264	74,5455
NOVEMBRO 2010	0,6209	73,8910
DEZEMBRO 2010	0,6058	72,0940

* Cana com 119,0063kg ATR por tonelada Cana